

**Henrique Subi**

Autor **BEST SELLER**

+ de 100 mil livros vendidos

**2ª edição**

**MANUAL COMPLETO DE**

# Português para Concursos

**Wander Garcia**

Coordenador da coleção

Teoria  
altamente  
sistematizada

Questões  
comentadas

**+1000**  
questões

Excertos  
do manual  
de redação da  
Presidência  
da República

Temas de  
redação para  
concursos  
públicos

Conforme o  
Novo Acordo  
Ortográfico da  
Língua Portuguesa

EDITORA  
**FOCO**

2014 © Wander Garcia

**Coordenador da Coleção:** Wander Garcia

**Autor:** Henrique Subi

**Editor:** Roberta Densa

**Equipe Editora Foco:** Georgia Dias, Ladislau Lima e Paula Morishita

**Capa:** R2

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Formato Editora e Serviços

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Subi, Henrique

Manual completo de português para concursos / Henrique Subi;  
[coordenador Wander Garcia]. – 2. ed. – Indaiatuba, SP: Editora  
Foco Jurídico, 2017.

ISBN: 978-85-8242-193-2

1. Português – Concursos 2. Português – Gramática 3. Português  
– Redação I. Garcia, Wander. II. Título.

17-04506

CDD-469.076

---

**Índice para Catálogo Sistemático:**

1. Português : Concursos 469.076

**DIREITOS AUTORAIS:** É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora Foco, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998.

**Atualizações e erratas:** a presente obra é vendida como está, sem garantia de atualização futura. Porém, atualizações voluntárias e erratas são disponibilizadas no site [www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br), na seção *Atualizações*. Esforçamo-nos ao máximo para entregar ao leitor uma obra com a melhor qualidade possível e sem erros técnicos ou de conteúdo. No entanto, nem sempre isso ocorre, seja por motivo de alteração de software, interpretação ou falhas de diagramação e revisão. Sendo assim, disponibilizamos em nosso site a seção mencionada (*Atualizações*), na qual relataremos, com a devida correção, os erros encontrados na obra. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br).

Impresso no Brasil (05.2017)

Data de Fechamento (05.2017)

**2017**

Todos os direitos reservados à  
Editora Foco Jurídico Ltda.

Al. Júpiter 578 - Galpão 01 – American Park Distrito Industrial  
CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP

E-mail: [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br)  
[www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br)

## DEDICATÓRIA

*A Carlos Henrique Carneiro, pelas lições e  
amizade que transcenderam os muros da escola*

**Este arquivo é utilizado para divulgação da obra publicada pela Editora Foco e está protegido pela Lei, não sendo permitida a sua venda e qualquer forma de reprodução.**

# APRESENTAÇÃO

---

Por que você está diante de um MANUAL COMPLETO de Português para Concursos?

Porque este Manual não se limita a trazer a TEORIA acerca do que é cobrado nos concursos públicos. Ele vai além e traz, também, número expressivo de QUESTÕES COMENTADAS, temas de REDAÇÃO e excertos do MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Quanto às QUESTÕES COMENTADAS, essenciais ao desenvolvimento do raciocínio e à fixação da matéria, a obra traz mais de 1.000 questões, sendo que todas elas são devidamente comentadas, item por item quando necessário, e foram escolhidas dentre os principais concursos públicos do País.

A obra também é escrita numa LINGUAGEM DIRETA, sem exageros linguísticos e com foco constante na melhor e mais atualizada informação, de modo que se tem um texto que, de um lado, vai direto ao ponto e, de outro, traz o maior número possível de informações úteis para o leitor.

No decorrer do texto há também GRIFOS, NEGRITOS e uso de CINZA, proporcionando ao leitor verificação fácil do início de cada ponto, e das palavras, expressões e informações-chave, facilitando ao máximo a leitura, a compreensão e a fixação das matérias.

Tudo isso sem contar que a obra foi escrita por um AUTOR CONSAGRADO, que já vendeu mais de 100.000 livros na área de concursos e exames públicos e que tem também larga experiência em grandes cursos preparatórios para concursos públicos, presenciais e a distância.

Em resumo, os estudantes e examinandos de concursos públicos e demais interessados têm em mãos um verdadeiro MANUAL COMPLETO DE PORTUGUÊS, que certamente será decisivo nas pesquisas e estudos com vista à efetiva aprovação no concurso dos sonhos.

Boa leitura e sucesso!



# SUMÁRIO

---

<b>PARTE I – INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS</b> .....	19
1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E CONCURSOS PÚBLICOS.....	21
1.1. POR QUE ESTUDAR INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS?.....	21
1.2. É POSSÍVEL APRENDER INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS?.....	21
2. POSTURA INTERPRETATIVA.....	23
2.1. CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO.....	23
2.2. OBJETO DA INTERPRETAÇÃO.....	24
2.3. LEITURA PASSIVA × LEITURA ATIVA .....	26
3. TIPOS DE TEXTO .....	28
3.1. OS DIFERENTES OBJETIVOS DE UM TEXTO .....	28
3.2. FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	29
3.3. TIPOS DE DISCURSO .....	33
3.4. NARRAÇÃO .....	34
3.5. ARGUMENTAÇÃO.....	35
3.6. RELATO .....	37
3.7. EXPOSIÇÃO .....	38
3.8. INSTRUÇÃO.....	38
4. INSTRUMENTOS DE INTERPRETAÇÃO.....	40
4.1. CONTEXTO .....	40
4.1.1. CONCEITO .....	40
4.1.2. INTERTEXTUALIDADE.....	44
4.2. OBSERVAÇÃO .....	48
4.3. ANÁLISE.....	49
4.4. COMPARAÇÃO .....	52

4.5.	INDUÇÃO E DEDUÇÃO.....	53
4.6.	EXPLICAÇÃO, DEMONSTRAÇÃO OU JUSTIFICAÇÃO.....	56
5.	FIGURAS DE LINGUAGEM.....	57
5.1.	CONCEITO .....	57
5.2.	ESPÉCIES .....	58
5.2.1.	METÁFORA.....	58
5.2.2.	COMPARAÇÃO OU SÍMILE .....	58
5.2.3.	METONÍMIA.....	59
5.2.4.	ANTÍTESE .....	59
5.2.5.	PARADOXO OU OXÍMORO .....	60
5.2.6.	GRADAÇÃO .....	60
5.2.7.	HIPÉRBOLE.....	61
5.2.8.	ANÁSTROFE .....	61
5.2.9.	QUIASMO.....	62
5.2.10.	HIPÉRBATO.....	62
5.2.11.	SÍNQUISE .....	63
5.2.12.	EUFEMISMO.....	63
5.2.13.	APÓSTROFE .....	64
5.2.14.	PROSOPOPEIA OU PERSONIFICAÇÃO.....	64
5.2.15.	CATACRESE .....	65
5.2.16.	PERÍFRASE E ANTONOMÁSIA.....	65
5.2.17.	SINESTESIA .....	66
5.2.18.	HIPÁLAGE .....	66
5.2.19.	ENÁLAGE.....	66
5.2.20.	ALITERAÇÃO .....	67
5.2.21.	ASSONÂNCIA .....	67
5.2.22.	PARONOMÁSIA .....	67
5.2.23.	ONOMATOPEIA .....	68
5.2.24.	ANÁFORA .....	68
5.2.25.	PLEONASMO .....	69
5.2.26.	POLISSÍNDETO .....	70
5.2.27.	ASSÍNDETO .....	70
5.2.28.	ELIPSE.....	71
5.2.29.	ZEUGMA .....	71
5.2.30.	SILEPSE OU CONCORDÂNCIA IRREGULAR.....	71
5.2.31.	ANACOLUTO .....	72
6.	DICAS FINAIS DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS .....	73
6.1.	ADMINISTRE O TEMPO .....	73
6.2.	SUBLINHE AS IDEIAS MAIS IMPORTANTES .....	73



6.3. INTERPRETE TAMBÉM AS QUESTÕES.....	74
6.4. IDENTIFIQUE AS “FALSAS QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO” .....	74
QUESTÕES COMENTADAS DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS .....	75

## PARTE II – GRAMÁTICA..... 193

1. FONÉTICA.....	195
1.1. CONCEITOS BÁSICOS .....	195
1.1.1. FONEMA E LETRA.....	195
1.1.2. CLASSIFICAÇÃO DOS FONEMAS.....	195
1.1.3. SÍLABAS.....	197
1.2. ENCONTROS VOCÁLICOS.....	198
1.2.1. CONCEITO .....	198
1.2.2. ESPÉCIES .....	198
1.3. ENCONTROS CONSONANTAIS .....	198
1.4. DÍGRAFO .....	198
1.5. A LETRA “H” .....	199
1.6. ORTOEPIA.....	199
2. ORTOGRAFIA .....	201
2.1. CONCEITO .....	201
2.2. BASES NORMATIVAS.....	201
2.3. COMO ESTUDAR ORTOGRAFIA? .....	201
2.3.1. LEITURA É FUNDAMENTAL.....	201
2.3.2. QUADRO DE PALAVRAS.....	202
2.3.3. ALGUMAS REGRAS.....	204
2.4. HOMONÍMIA E PARONÍMIA.....	205
2.5. USO DE EXPRESSÕES E PALAVRAS HOMÔNIMAS.....	206
2.5.1. ABAIXO × A BAIXO .....	206
2.5.2. ACERCA DE × A CERCA DE × HÁ CERCA DE × CERCA DE.....	206
2.5.3. ACIMA × A CIMA .....	206
2.5.4. AFIM DE × A FIM DE .....	207
2.5.5. ABAIXO-ASSINADO × ABAIXO ASSINADO .....	207
2.5.6. DEMAIS × DE MAIS.....	207
2.5.7. POR QUE × POR QUÊ × PORQUE × PORQUÊ.....	207
2.5.8. SENÃO × SE NÃO .....	207
2.5.9. EXPRESSÕES QUE DEMANDAM CUIDADO .....	208
2.6. SEPARAÇÃO DE SÍLABAS .....	208
2.7. USO DO HÍFEN.....	209
2.7.1. NA REDAÇÃO.....	209
2.7.2. NA ORTOGRAFIA.....	209

2.7.2.1.	PALAVRAS COMPOSTAS.....	210
2.7.2.2.	PREFIXOS.....	210
2.8.	ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	211
2.8.1.	PROSÓDIA .....	211
2.8.1.1.	SÃO OXÍTONAS AS PALAVRAS.....	212
2.8.1.2.	SÃO PAROXÍTONAS AS PALAVRAS .....	212
2.8.1.3.	SÃO PROPAROXÍTONAS AS PALAVRAS.....	212
2.8.1.4.	PALAVRAS QUE ADMITEM DUPLA PROSÓDIA .....	212
2.8.2.	REGRAS DE ACENTUAÇÃO.....	213
2.8.2.1.	PALAVRAS PROPAROXÍTONAS .....	213
2.8.2.2.	PALAVRAS PAROXÍTONAS.....	213
2.8.2.3.	PALAVRAS OXÍTONAS.....	213
2.8.2.4.	MONOSSÍLABOS .....	214
2.8.2.5.	NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO .....	214
2.8.3.	OUTROS SINAIS GRÁFICOS.....	214
2.8.4.	CRASE .....	215
2.8.4.1.	CONCEITO.....	215
2.8.4.2.	REPRESENTAÇÃO .....	215
2.8.4.3.	HIPÓTESES GERAIS.....	216
2.8.4.4.	CASOS ESPECÍFICOS .....	216
3.	PONTUAÇÃO.....	218
3.1.	NOÇÃO GERAL .....	218
3.2.	SINAIS DE PONTUAÇÃO .....	219
3.2.1.	PONTO.....	219
3.2.2.	PONTO DE INTERROGAÇÃO .....	220
3.2.3.	PONTO DE EXCLAMAÇÃO .....	220
3.2.4.	RETICÊNCIAS.....	221
3.2.5.	VÍRGULA.....	221
3.2.6.	PONTO E VÍRGULA .....	224
3.2.7.	DOIS-PONTOS .....	225
3.2.8.	ASPAS .....	226
3.2.9.	PARÊNTESES .....	227
3.2.10.	COLCHETES.....	228
3.2.11.	TRAVESSÃO .....	228
3.3.	ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES .....	229
4.	MORFOLOGIA.....	229
4.1.	CONCEITO .....	229
4.2.	CLASSES DE PALAVRAS .....	230
4.2.1.	SUBSTANTIVOS .....	230

4.2.1.1.	CONCEITO.....	230
4.2.1.2.	CLASSIFICAÇÃO .....	230
4.2.1.3.	FLEXÕES DO SUBSTANTIVO.....	233
4.2.2.	ADJETIVOS .....	238
4.2.2.1.	CONCEITO.....	238
4.2.2.2.	GRAUS .....	238
4.2.2.3.	GENTÍLICOS.....	240
4.2.2.4.	LOCUÇÕES ADJETIVAS .....	243
4.2.3.	ADVÉRBIOS .....	244
4.2.3.1.	CONCEITO.....	244
4.2.3.2.	CLASSIFICAÇÃO .....	245
4.2.3.3.	LOCUÇÕES ADVERBIAIS.....	245
4.2.3.4.	PALAVRAS DENOTATIVAS.....	245
4.2.4.	ARTIGOS.....	246
4.2.4.1.	CONCEITO.....	246
4.2.4.2.	CLASSIFICAÇÃO .....	246
4.2.5.	NUMERAL.....	247
4.2.5.1.	CONCEITO.....	247
4.2.5.2.	CLASSIFICAÇÃO .....	247
4.2.6.	PRONOMES .....	248
4.2.6.1.	CONCEITO.....	248
4.2.6.2.	CLASSIFICAÇÃO .....	248
4.2.7.	INTERJEIÇÃO.....	253
4.2.7.1.	CONCEITO.....	253
4.2.7.2.	LOCUÇÕES INTERJETIVAS .....	253
4.2.8.	PREPOSIÇÃO .....	254
4.2.8.1.	CONCEITO.....	254
4.2.8.2.	CLASSIFICAÇÃO .....	254
4.2.8.3.	LOCUÇÕES PREPOSITIVAS .....	254
4.2.8.4.	AGREGAÇÃO DE PREPOSIÇÕES COM OUTROS ELEMENTOS.....	254
4.2.8.5.	QUANDO USAR (OU NÃO USAR) A PREPOSIÇÃO.....	255
4.2.9.	CONJUNÇÃO.....	256
4.2.9.1.	CONCEITO.....	256
4.2.9.2.	CLASSIFICAÇÃO .....	256
4.2.9.3.	ESPÉCIES DE CONJUNÇÃO .....	257
4.2.10.	VERBO.....	259
4.2.10.1.	CONCEITO.....	259
4.2.10.2.	PESSOAS DO VERBO .....	259

4.2.10.3.	MODOS DO VERBO .....	260
4.2.10.4.	TEMPOS DO VERBO .....	260
4.2.10.5.	CONJUGAÇÃO VERBAL .....	261
4.2.10.6.	FORMAS NOMINAIS DO VERBO .....	270
4.2.10.7.	VERBOS DEFECTIVOS .....	271
4.2.10.8.	VERBOS ABUNDANTES .....	273
4.2.10.9.	VOZES DO VERBO .....	273
5.	COLOCAÇÃO PRONOMINAL .....	278
5.1.	OBJETO DE ESTUDO .....	278
5.2.	REGRAS APLICÁVEIS .....	279
6.	CONCORDÂNCIA .....	282
6.1.	CONCEITO .....	282
6.2.	CONCORDÂNCIA NOMINAL .....	282
6.2.1.	VISÃO GERAL .....	282
6.2.2.	PRINCIPAIS CASOS .....	283
6.2.2.1.	QUANDO HÁ SOMENTE UMA PALAVRA DETERMINADA E UMA DETERMINANTE .....	283
6.2.2.2.	QUANDO HÁ MAIS DE UMA PALAVRA DETERMINADA .....	283
6.2.2.3.	QUANDO HÁ APENAS UMA PALAVRA DETERMINADA E MAIS DE UMA DETERMINANTE ..	284
6.2.3.	OUTROS CASOS INTERESSANTES .....	284
6.2.3.1.	SILEPSE .....	284
6.2.3.2.	“UM E OUTRO”, “UM OU OUTRO”, “NEM UM NEM OUTRO” .....	285
6.2.3.3.	“MESMO” E “PRÓPRIO” .....	285
6.2.3.4.	“SÓ” E “SÓS” .....	285
6.2.3.5.	“TODO” E “MEIO” .....	286
6.2.3.6.	“MENOS” E “SOMENOS” .....	286
6.2.3.7.	“PSEUDO” .....	287
6.2.3.8.	“LESO” .....	287
6.2.3.9.	“ANEXO” .....	287
6.2.3.10.	“POSSÍVEL” .....	287
6.2.3.11.	“É NECESSÁRIO”, “É PROIBIDO” .....	288
6.2.3.12.	“ALERTA” .....	288
6.2.3.13.	ADJETIVOS PÁTRIOS COMPOSTOS .....	288
6.2.3.14.	“MILHAR” E “MILHÃO” .....	288
6.2.3.15.	PLURAL DAS CORES .....	288
6.3.	CONCORDÂNCIA VERBAL .....	289
6.3.1.	VISÃO GERAL .....	289

6.3.2.	PRINCIPAIS CASOS .....	289
6.3.2.1.	REGRA GERAL .....	289
6.3.2.2.	SUJEITO COMPOSTO POR DIFERENTES PRONOMES PESSOAIS .....	291
6.3.2.3.	“UM E OUTRO”, “UM OU OUTRO”, “NEM UM NEM OUTRO” .....	291
6.3.2.4.	VOZ PASSIVA SINTÉTICA .....	291
6.3.2.5.	VERBOS IMPESSOAIS .....	291
6.3.2.6.	“QUE” E “QUEM” .....	292
6.3.2.7.	CONCORDÂNCIA COM NUMERAIS .....	292
6.3.2.8.	SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS PLURAIS .....	293
7.	REGÊNCIA .....	294
7.1.	CONCEITO .....	294
7.2.	REGÊNCIA NOMINAL .....	294
7.2.1.	REPETIÇÃO DA PREPOSIÇÃO .....	294
7.2.2.	TERMOS QUE INDICAM RESSALVA .....	295
7.2.3.	CONTRAÇÃO DE PREPOSIÇÃO E ARTIGO DE SUJEITO .....	295
7.2.4.	ALGUNS CASOS IMPORTANTES DE REGÊNCIA NOMINAL .....	296
7.3.	REGÊNCIA VERBAL .....	296
7.3.1.	COMPLEMENTO COMUM A VERBOS DE REGÊNCIA DIFERENTE .....	296
7.3.2.	EQUIVALÊNCIA DE TERMOS PREPOSICIONADOS E PRONOMES OBLÍQUOS ÁTONOS .....	297
7.3.3.	VERBOS COM MAIS DE UMA REGÊNCIA OU COMUMENTE UTILIZADOS DE FORMA INCORRETA .....	297
8.	ANÁLISE SINTÁTICA .....	300
8.1.	NOÇÕES E CONCEITOS GERAIS .....	300
8.2.	ANÁLISE SINTÁTICA DAS ORAÇÕES .....	301
8.2.1.	IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS ESSENCIAIS .....	301
8.2.1.1.	SUJEITO .....	301
8.2.1.2.	PREDICADO .....	304
8.2.2.	ELEMENTOS INTEGRANTES DA ORAÇÃO .....	306
8.2.2.1.	CONCEITO .....	306
8.2.2.2.	COMPLEMENTOS VERBAIS .....	306
8.2.2.3.	COMPLEMENTO NOMINAL .....	309
8.2.2.4.	ADJUNTO ADVERBIAL .....	310
8.2.2.5.	ADJUNTO ADNOMINAL .....	311
8.2.2.6.	APOSTO .....	313
8.2.2.7.	VOCATIVO .....	315

8.3.	ANÁLISE SINTÁTICA DOS PERÍODOS .....	316
8.3.1.	NOÇÕES GERAIS .....	316
8.3.2.	PERÍODOS COMPOSTOS POR COORDENAÇÃO .....	318
8.3.2.1.	CONCEITO.....	318
8.3.2.2.	CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES COORDENADAS....	318
8.3.3.	PERÍODOS COMPOSTOS POR SUBORDINAÇÃO .....	320
8.3.3.1.	CONCEITO.....	320
8.3.3.2.	ORAÇÕES DESENVOLVIDAS E ORAÇÕES REDUZIDAS.....	320
8.3.3.3.	CLASSIFICAÇÃO DAS SUBORDINADAS.....	321
8.3.3.4.	ORAÇÕES SUBORDINADAS NÃO CLASSIFICADAS ...	331
8.3.4.	PERÍODOS MISTOS.....	332
	QUESTÕES COMENTADAS DE GRAMÁTICA.....	333
1.	PONTUAÇÃO.....	387
2.	MORFOLOGIA.....	409
3.	VERBO.....	423
4.	CONJUNÇÃO.....	445
5.	PRONOME E COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	457
6.	CONCORDÂNCIA.....	476
7.	REGÊNCIA.....	496
8.	ANÁLISE SINTÁTICA.....	502
9.	TEMAS COMBINADOS.....	516
	<b>PARTE III – REDAÇÃO.....</b>	<b>547</b>
1.	OS DESAFIOS DA REDAÇÃO.....	549
1.1.	INTRODUÇÃO.....	549
1.2.	O PROBLEMA DA SUBJETIVIDADE E OS PADRÕES DE CORREÇÃO .....	550
1.3.	DESENVOLVENDO HABILIDADES .....	552
1.3.1.	A OBTENÇÃO DE CONHECIMENTOS.....	552
1.3.2.	A PRÁTICA DE MANUSCREVER.....	552
2.	A ESTRUTURA DO TEXTO DISSERTATIVO.....	553
2.1.	OS DIFERENTES TIPOS DE TEXTO.....	553
2.2.	COMO ESTRUTURAR A DISSERTAÇÃO .....	554
3.	RASCUNHO × VERSÃO FINAL.....	557
3.1.	COMO USAR O RASCUNHO.....	557
3.2.	APRESENTAÇÃO DO TEXTO FINAL.....	557
4.	INTEGRIDADE DO TEXTO.....	558
4.1.	COERÊNCIA.....	558
4.2.	COESÃO.....	560

5. ERROS MAIS COMUNS .....	561
5.1. ESTRANGEIRISMO .....	561
5.2. AMBIGUIDADE .....	562
5.3. CACÓFATO OU CACOFONIA .....	562
5.4. REPETIÇÃO .....	562
5.5. PLEONASMO VICIOSO .....	563
5.6. PROLIXIDADE .....	564
5.7. OBSCURIDADE .....	564
5.8. ECO OU POETIZAÇÃO .....	565
6. TEMAS DE REDAÇÃO DE CONCURSOS ANTERIORES .....	565
QUESTÕES COMENTADAS DE REDAÇÃO .....	580

## Apêndice

### EXCERDOS DO MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

<b>PARTE I – AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS</b> .....	629
<b>Capítulo I – ASPECTOS GERAIS DA REDAÇÃO OFICIAL</b> .....	631
1. O QUE É REDAÇÃO OFICIAL .....	631
1.1. A IMPESSOALIDADE .....	632
1.2. A LINGUAGEM DOS ATOS E COMUNICAÇÕES OFICIAIS .....	633
1.3. FORMALIDADE E PADRONIZAÇÃO .....	634
1.4. CONCISÃO E CLAREZA .....	635
<b>Capítulo II – AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS</b> .....	639
1. INTRODUÇÃO .....	639
1.1. PRONOMES DE TRATAMENTO .....	639
1.1.1. BREVE HISTÓRIA DOS PRONOMES DE TRATAMENTO .....	639
1.1.2. CONCORDÂNCIA COM OS PRONOMES DE TRATAMENTO .....	640
1.1.3. EMPREGO DOS PRONOMES DE TRATAMENTO .....	640
1.2. FECHOS PARA COMUNICAÇÕES .....	642
1.3. IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO .....	643
2. O PADRÃO OFÍCIO .....	643
2.1. PARTES DO DOCUMENTO NO <i>PADRÃO OFÍCIO</i> .....	643
2.2. FORMA DE DIAGRAMAÇÃO .....	645
2.3. AVISO E OFÍCIO .....	646

2.3.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE .....	646
2.3.2.	FORMA E ESTRUTURA .....	646
2.4.	MEMORANDO .....	650
2.4.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE .....	650
2.4.2.	FORMA E ESTRUTURA .....	650
3.	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS .....	652
3.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE .....	652
3.2.	FORMA E ESTRUTURA .....	652
4.	MENSAGEM .....	656
4.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE .....	656
4.2.	FORMA E ESTRUTURA .....	659
5.	TELEGRAMA .....	661
5.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE .....	661
5.2.	FORMA E ESTRUTURA .....	661
6.	FAX .....	661
6.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE .....	661
6.2.	FORMA E ESTRUTURA .....	661
7.	CORREIO ELETRÔNICO .....	662
7.1.	DEFINIÇÃO E FINALIDADE .....	662
7.2.	FORMA E ESTRUTURA .....	662
7.3.	VALOR DOCUMENTAL .....	662



PARTE I

---

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS



## 1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E CONCURSOS PÚBLICOS

### 1.1. Por que estudar interpretação de textos?

O candidato a qualquer concurso público, atualmente, deve preparar-se para responder um grande número de questões de diversas disciplinas. Há provas que chegam a cobrar 14 ou 15 delas, nas mais diferentes áreas do conhecimento. Não é difícil reparar, porém, que uma delas é comum a praticamente todos eles: a Língua Portuguesa.

Conhecê-la bem, portanto, é fundamental para o sucesso no certame, principalmente considerando a grande quantidade de questões que normalmente lhe são atribuídas. E aqui se encontra um fato que muitos candidatos subestimam: as perguntas relacionam-se, em grande parte, à interpretação de textos.

Vejo muitos alunos que dedicam todo seu tempo de estudos da linguagem às regras gramaticais, deixando de lado os textos. Trata-se de estratégia equivocada, porque em média 50% das questões elaboradas pelas bancas examinadoras versam sobre leitura e interpretação. Em alguns concursos, o candidato é desafiado a enfrentar três ou quatro textos de características bastante diferentes e o número de perguntas que exigem uma perfeita compreensão do que foi lido sobe ainda mais (e ainda há várias outras disciplinas para responder!).

Assim, respondemos à pergunta que inaugura esse capítulo: porque a interpretação de textos é uma habilidade que é testada em todos os concursos públicos, sendo peça-chave da aprovação.

Em parte, a razão do equívoco na preparação nasce do próprio mercado de livros e apostilas voltados para concursos públicos, que não oferece ao candidato material destinado à interpretação de textos. Esse problema fica resolvido com a publicação deste livro que você tem em mãos agora. De outro lado, pode-se também atribuir parcela da culpa aos próprios candidatos, os quais divido em dois grupos: aqueles que *acham* que não precisam estudar interpretação de textos e aqueles que *acreditam que não é possível* estudar interpretação de textos.

Se você está lendo estas linhas, provavelmente encaixa-se no segundo grupo. Os membros do primeiro grupo normalmente pensam que dominam completamente a Língua Portuguesa e, autopromovendo-se a esse patamar superior, pularam essa parte do livro.

### 1.2. É possível aprender interpretação de textos?

Como membro do segundo grupo, é hora de deixar de lado sua antiga convicção e perceber que é, sim, possível aprender a interpretar textos!

Quem nunca ouviu alguém dizer que “interpretação de textos ou você sabe, ou você não sabe”, ou ainda que “não adianta correr atrás do prejuízo agora, você deveria ter lido mais desde criança”, ou, pior, que “não tem como estudar interpretação, a saída é ler muito até o dia da prova para treinar a ler mais rápido e perder menos tempo com as questões”? Nada disso é verdade.

Como qualquer outra, interpretar corretamente um texto é uma habilidade que pode ser *aprimorada através da prática*. Costumo dizer que é como andar de bicicleta: ao subir nela pela primeira vez, você tenta se equilibrar instintivamente enquanto pedala. Fatalmente levará alguns tombos, mas a prática o levará ao sucesso.

Com a interpretação acontece o mesmo processo. Muitos pensam que ler é um ato meramente *instintivo*, atitude que leva a alguns “tombos” (ou erros) na compreensão daquilo que foi dito. Na verdade, também aqui a prática é essencial para que se extraia o verdadeiro sentido das palavras.

Por isso que alguns insistem em dizer que só é hábil na interpretação quem está acostumado a ler muito, o que dá a entender que, se esse não é o seu caso, estará fadado ao fracasso nessa habilidade. Não podemos negar que, realmente, *ler diferentes tipos de textos ainda é o melhor caminho para praticar a interpretação* e que todos os dias, meses ou anos de vida dedicados à leitura certamente farão diferença nessa aptidão. Mas não é menos verdade que, como em tudo na vida, nunca é tarde para começar!

Principalmente porque existem instrumentos de interpretação que irão acelerar bastante esse processo de aprendizagem. Afinal, o candidato a uma vaga em concursos públicos dispõe de pouco tempo para se preparar, fato que não se pode perder de vista em nenhum momento. A proposta, então, é apresentar esses instrumentos para que você possa utilizá-los na hora da prova, facilitando a procura pela resposta correta.

É bom que se diga antes de tudo, para evitar grandes expectativas (que sempre vêm acompanhadas de grandes decepções), que tudo que vamos ensinar você já sabe. E nessa hora você pensou: “Muito obrigado pela informação! Posso ir direto para a Parte II, então, aprender alguma coisa sobre gramática?”. Não, fique comigo. Deixe-me explicar melhor.

Desde o momento em que aprendemos a ler, quando crianças, temos em nosso intelecto todo o necessário para entender aquilo que estamos lendo. Obviamente, para textos mais complexos, exige-se o conhecimento de fatos, regras ou conceitos que serão adquiridos apenas ao longo da vida. Conforme esses dados vão se acumulando em nossa memória, nós os usamos conforme são requeridos e assim podemos absorver cada vez mais quantidade de informações ao ler um texto.

Entretanto, esse caminho é percorrido, muitas vezes, sem qualquer preocupação com a organização das ideias, ou seja, nossa habilidade de leitura se baseia unicamente no instinto de *decifrar os sinais que compõem a linguagem usando como “dicionário” para traduzir os termos tudo aquilo que aprendemos no decorrer de nossa trajetória pessoal e/ou profissional*.

É por isso que digo que somos todos leitores e intérpretes instintivos. Todos sabemos ler e interpretar um texto, mas essa tarefa é usualmente realizada de forma mecânica pelo nosso cérebro, que usa os instrumentos de interpretação instintivamente (seja buscando um fato em nossa memória, comparando situações semelhantes ou dando maior ou menor relevância à informação de acordo com a imagem que temos daquele que a transmite).

Memorização, comparação e análise são exemplos de instrumentos de interpretação. Note que, mesmo sem saber seus nomes, você os usa nas leituras do dia a

dia. Eis a razão de termos dito antes que não existe nada novo para ensinar. O que podemos fazer é *mostrar quais são as ferramentas que seu cérebro possui para interpretar um texto e indicar a melhor forma de usá-las.*

Pense em uma caixa de ferramentas desarrumada. Se você precisar da chave de fenda, deverá vasculhar e remexer em toda a caixa até encontrá-la, tornando o trabalho demorado e difícil. Se nosso cérebro é a caixa e as ferramentas são as habilidades de leitura, estudar interpretação de textos nada mais é do que *organizar nossa caixa de ferramentas, tornando mais fácil identificar e acessar o instrumento necessário para cumprirmos com êxito a tarefa de interpretar o texto apresentado.*

## 2. POSTURA INTERPRETATIVA

### 2.1. Conceito de interpretação

Mas, afinal, o que significa interpretar?

Em sua definição mais conhecida, interpretar significa *extrair o sentido*. Observe bem (e aqui já começamos a interpretar): o uso do verbo *extrair*, por sua vez, indica que o *sentido* daquilo que está sendo interpretado não está sempre claro, direto. Na maioria das vezes, é preciso investigar, perscrutar as intenções do autor, analisar a escolha dos termos utilizados, entre outras técnicas, para identificar seu objetivo final.

Uma forma fácil de perceber o resultado do trabalho de interpretação ocorre na música. Lembro-me da primeira vez que ouvi a canção “Sozinho”, de Peninha, cantada pelo próprio autor e de como passei a gostar muito mais da música depois de escutá-la na voz de Caetano Veloso, que a tornou famosa. Peninha, o autor, fez um excelente trabalho ao reunir letra e melodia, mas o *intérprete* Caetano Veloso transmite ao cantá-la muito mais do que a técnica musical. Ele vai além, passando aos ouvintes a verdadeira emoção da história que a canção relata.

A função do intérprete de um texto é a mesma daquele que interpreta a canção. Em uma primeira leitura, absorvemos somente aquilo que é superficial na mensagem transmitida pelo autor, o significado puro das palavras. Ao adotarmos uma *postura interpretativa*, passamos a questionar e aprofundar nosso raciocínio em busca da mensagem central do texto, aquilo que seu autor queria realmente explorar.

Vejamos outro exemplo. Responda para si mesmo: é mais fácil interpretar um texto jornalístico ou uma poesia de Camões?

Sem dúvidas, é mais fácil interpretar a notícia do jornal. Por quê? Porque o texto jornalístico tem como característica marcante a *objetividade*, a intenção de informar sobre fatos concretos. Já a poesia, por sua vez, trabalha com *figuras de linguagem* e palavras mais rebuscadas para manter a métrica e a rima com o intuito de expressar sentimentos do escritor.

O que não pode acontecer é cairmos na armadilha de que o texto “fácil”, objetivo e claro, dispensa interpretação. Não. Devemos nos habituar a ler um texto pretendendo dele extrair seu verdadeiro sentido, qualquer que seja sua modalidade.

## QUESTÕES COMENTADAS DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

*Cada um fala como quer, ou como pode, ou como acha que pode. Ainda ontem me diverti este trechinho de crônica do escritor mineiro Humberto Werneck, de seu livro *Esse inferno vai acabar*:*

**“– Meu cabelo está pendoando – anuncia a prima, apalpando as melenas.**

**Tenho anos, décadas de Solange, mas confesso que ela, com o seu solangês, às vezes me pega desprevenido.**

**– Seu cabelo está o quê?**

**– Pendoando – insiste ela, e, com a paciência de quem explica algo elementar a um total ignorante, traduz:**

**– Bifurcando nas extremidades.**

*É assim a Solange, criatura para a qual ninguém morre, mas falece, e, quando sobrevém esse infausto acontecimento, tem seu corpo acondicionado num ataúde, num esquiife, num féretro, para ser inumado em alguma necrópole, ou, mais recentemente, incinerado em crematório. Cabelo de gente assim não se torna vulgarmente quebradiço: pendoa.”*

*Isso me fez lembrar uma visita que recebemos em casa, eu ainda menino. Amigas da família, mãe e filha adolescente vieram tomar um lanche conosco. D. Glorinha, a mãe, achava meu pai um homem intelectualizado e caprichava no vocabulário. A certa altura pediu ela a mim, que estava sentado numa extremidade da mesa:*

*– Querido, pode alcançar-me uma côdea desse pão?*

*Por falta de preparo linguístico não sabia como atender a seu pedido. Socorreu-me a filha adolescente:*

*– Ela quer uma casquinha do pão. Ela fala sempre assim na casa dos outros.*

*A mãe ficou vermelha, isto é, ruborizou, enrubescceu, rubificou, e olhou a filha com reprovação, isto é, dardejou-a com olhos censórios.*

*Veja-se, para concluir, mais um trechinho do Werneck:*

**“Você pode achar que estou sendo implicante, metido a policial a linguagem alheia. Brasileiro é assim mesmo, adora embonitar a conversa para impressionar os outros. Sei disso. Eu próprio já andei escrevendo sobre o que chamei de ruibarbosismo: o uso de palavreado rebarbativo como forma de, numa discussão, reduzir ao silêncio o interlocutor ignaro. Uma espécie de gás paralisante verbal.”**

(Cândido Barbosa Filho, inédito)

**(Analista – TRT/1ª – 2012 – FCC)** No contexto, as frases “Meu cabelo está pendoando” e “pode alcançar-me uma côdea desse pão” constituem casos de

- usos opostos de linguagem, já que a completa informalidade da primeira contrasta com a formalidade da segunda.
- usos similares de linguagem, pois em ambas o intento é valorizar o emprego de vocabulário pouco usual.
- intenção didática, já que ambas são utilizadas para exemplificar o que seja uma má construção gramatical.
- usos similares de linguagem, pois predomina em ambas o interesse pela exatidão e objetividade da comunicação.
- usos opostos de linguagem, pois a perfeita correção gramatical de uma contrasta com os deslizes da outra.

**A:** incorreta. O uso da linguagem nos dois trechos é idêntico, focado exclusivamente na formalidade; **B:** correta. Nos respectivos contextos, os dois personagens querem demonstrar o domínio do vocabulário; **C:** incorreta. As construções estão gramaticalmente perfeitas; **D:** incorreta. O uso de palavras pouco conhecidas traz prejuízos à objetividade da comunicação, porque aumenta o risco de o receptor não compreender a mensagem; **E:** incorreta. Mais uma vez, as construções atendem a todos os preceitos da gramática.

„Bartito“

**(Analista – TRT/1ª – 2012 – FCC)** A mãe ficou vermelha, isto é, ruborizou, enrubescceu, rubificou, e olhou a filha com reprovação, isto é, dardejou-a com olhos censórios.

A expressão isto é, nos dois empregos realçados na frase acima,

- introduz a conclusão de que o significado das falas corriqueiras se esclarece mediante uma elaborada sinonímia.
- inicia a tradução adequada de um enunciado anterior cuja significação se mostrara bastante enigmática.
- funciona como os dois pontos na frase “Cabelo de gente assim não se torna vulgarmente quebradiço: pendoa”.
- introduz uma enumeração de palavras que seriam evitadas pela prima Solange, levando-se em conta o que diz dela o cronista Werneck.
- inicia uma argumentação em favor da simplificação da linguagem, de modo a evitar a *uso de palavreado rebarbativo*.

**A:** incorreta. A expressão “isto é” foi utilizada para indicar a correção, a retificação pelo autor do uso de uma palavra comum, enumerando os sinônimos rebuscados que as personagens usariam; **B:** incorreta. O enunciado anterior é bastante claro. Na verdade, trata-se de uma brincadeira do autor consistente em transformar um texto claro, com palavras usuais, nas construções complexas utilizadas pelas personagens; **C:** correta. Realmente, os dois-pontos têm a mesma função da expressão “isto é”, já debatida nos comentários anteriores; **D:** incorreta. As palavras enumeradas são aquelas que seriam utili-

zadas pelas personagens que preferem o palavreado rebuscado; **E**: incorreta. O efeito é justamente o inverso: as palavras enumeradas são mais complexas do que aquelas usadas anteriormente, causando uma complicação da linguagem.

«C», «gabareto»

**(Analista – TRT/1ª – 2012 – FCC)** Há uma relação de causa e efeito entre estas duas formulações:

- (A) “Cada um fala como quer e ou como acha que pode” (1º parágrafo).  
 (B) “para ser inumado em alguma necrópole” e “incinerado em crematório” (7º parágrafo).  
 (C) “visita que recebemos em casa” e “eu ainda menino” (8º parágrafo).  
 (D) “achava meu pai um homem intelectualizado” e “caprichava no vocabulário” (8º parágrafo).  
 (E) “olhou a filha com reprovação” e “dardejou-a com”.

**A**: incorreta. A relação é de alternância (uma coisa **ou** outra); **B**: incorreta. A relação é de adição (uma coisa **e** outra); **C**: incorreta. A relação é de temporalidade (a segunda oração indica o **momento** em que a primeira aconteceu); **D**: correta. Realmente, a personagem “caprichava no vocabulário” **porque** achava o outro intelectualizado; **E**: incorreta. A relação é de sinonímia (as palavras têm sentido equivalente).

«C», «gabareto»

### Economia religiosa

*Concordo plenamente com Dom Tarcísio Scaramussa, da CNBB, quando ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo. A declaração do prelado vem como crítica à professora de uma escola pública de Minas Gerais que hostilizou um aluno ateu que se recusara a rezar o pai-nosso em sua aula.*

*É uma boa ocasião para discutir o ensino religioso na rede pública, do qual a CNBB é entusiasta. Como ateu, não abraço nenhuma religião, mas, como liberal, não pretendo que todos pensem do mesmo modo. Admitamos, para efeitos de argumentação, que seja do interesse do Estado que os jovens sejam desde cedo expostos ao ensino religioso. Deve-se então perguntar se essa é uma tarefa que cabe à escola pública ou se as próprias organizações são capazes de supri-la, com seus programas de catequese, escolas dominicais etc.*

*A minha impressão é a de que não faltam oportunidades para conhecer as mais diversas mensagens religiosas, onipresentes em rádios, TVs e também nas ruas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem mais templos (algo em torno de 4.000) do que escolas públicas (cerca de 1.700). Creio que aqui vale a regra econômica, segundo a qual o Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta. Outro ponto importante é o dos custos. Não me parece que faça muito sentido gastar recursos com professores de religião, quando faltam os de matemática, português etc. Ao contrário do que se dá com a religião, é difícil aprender física na equina.*

*Até 1997, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação acertadamente estabelecia que o ensino religioso nas escolas oficiais não poderia representar ônus para os cofres públicos. A bancada religiosa emendou a lei para empurrar essa conta para o Estado. Não deixa de ser um caso de esmola com o chapéu alheio.*

(Hélio Schwartzman. *Folha de S. Paulo*, 06/04/2012)

**(Analista – TRT/6ª – 2012 – FCC)** No que diz respeito ao ensino religioso na escola pública, o autor mantém-se

- (A) esquivo, pois arrola tanto argumentos que defendem a obrigatoriedade como o caráter facultativo da implementação desse ensino.  
 (B) intransigente, uma vez que enumera uma série de razões morais para que se proíba o Estado de legislar sobre quaisquer matérias religiosas.  
 (C) pragmático, já que na base de sua argumentação contra o ensino religioso na escola pública estão razões de ordem jurídica e econômica.  
 (D) intolerante, dado que deixa de reconhecer, como ateu declarado, o direito que têm as pessoas de decidir sobre essa matéria.  
 (E) prudente, pois evita pronunciar-se a favor da obrigatoriedade desse ensino, lembrando que ele já vem sendo ministrado por muitas entidades.

Sobre o tema, o autor prefere manter uma posição pragmática, determinada a partir de sua opção de não usar argumentos pessoais baseados em seu ateísmo. Sua visão é de natureza objetiva e mensurável, valendo-se de argumentos econômicos (custos e administração da receita pública) e jurídicos (direito à liberdade religiosa).

«C», «gabareto»

**(Analista – TRT/6ª – 2012 – FCC)** Atente para estas afirmações:

- I. Ao se declarar um cidadão ao mesmo tempo ateu e liberal, o autor enaltece essa sua dupla condição pessoal valendo-se do exemplo da própria CNBB.
- II. A falta de oportunidade para se acessarem mensagens religiosas poderia ser suprida, segundo o autor, pela criação de redes de comunicação voltadas para esse fim.
- III. Nos dois últimos parágrafos, o autor mostra não reconhecer nem legitimidade nem prioridade para a implementação do ensino religioso na escola pública.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.  
 (B) I e II, apenas.  
 (C) II e III, apenas.  
 (D) I e III, apenas.  
 (E) III, apenas.

**I**: incorreta. Para tentar não macular sua análise, o autor pretende afastar essas condições, principalmente o ateísmo, de sua argumentação; **II**: incorreta. O autor expõe a profusão de mensagens religio-